

Aviso de Contratação 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	158317-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL	DEBORA DE ALMEIDA RODRIGUES	23/07/2024 15:15 (v 3.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23493.000349/2024-28

1. Objeto da Contratação Direta

IFCE - CAMPUS SOBRAL

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº10/2024

(Processo Administrativo n.º23493.000349/2024-28)

Torna-se público que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE - Campus Sobral, por meio da Coordenadoria de Aquisições e Contratações do IFCE/Campus Umirim (CAC-UMI), realizará Dispensa Eletrônica, ~~para registro de preços~~ (SUPRESSÃO) com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges /ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 (SUPRESSÃO), e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 31/07/2024

Horário da Fase de Lances: 09:00 às 15:00

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de Aquisição de Materiais de Escritório., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

~~2. REGISTRO DE PREÇOS~~

~~2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.~~

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

1.

3.2 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a. 1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. 2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. 3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d. 4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que

desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- e. 5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f. 6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.

1.1.

1.1.1.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.2.5. *sociedades cooperativas*.

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4.. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. *O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

4.2.2. *Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo*

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1.A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.4 O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,10 (Dez Centavos).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. 3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

~~6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.~~

6.10. *Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:*

6.10.1. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

6.10.1.1. *Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);*

6.10.2. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

6.10.2.1. *O valor global estimado para a contratação.*

6.10.2.2. *Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.*

6.10.3. *serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

6.10.4. *será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1.. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, constam nos anexos deste Aviso de Contratação Direta** e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, a, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1.

7.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. Ata de registro de preços

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Homologado o resultado do procedimento, o fornecedor mais bem classificado terá o prazo de (.....) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo de convocação [A1] poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor mais bem classificado ou convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

1.

8.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP [A2] e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

8.7. Na hipótese de o convocado não assinar [A4] a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado;

9. Formação do cadastro de reserva

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

~~9.1. Após a homologação do procedimento, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:~~

~~9.1.1. dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento; e~~

~~9.1.2. dos fornecedores que mantiverem sua proposta original;~~

~~9.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.~~

~~9.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do procedimento em relação ao fornecedor mais bem classificado.~~

~~9.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.~~

~~9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:~~

~~9.5.1. quando o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de dispensa; ou~~

~~9.5.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.~~

~~9.6. Na hipótese de nenhum dos fornecedores [A3] que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Termo de Referência, poderá:~~

~~9.7. convocar os fornecedores que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou~~

~~9.8. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.~~

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para *aceitar instrumento equivalente* sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

~~10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de (.....) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.~~

~~10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. 1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;
- c. 3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.12.1.2. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

12.12.1.2. ANEXO II – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

....., de de 20.....

Assinatura da autoridade competente

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

TATIANE RODRIGUES BOAVENTURA

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 23/07/2024 às 14:18:18.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - TR47_2024__1_.pdf (200.42 KB)
- Anexo II - ETP9_2024.pdf (82.68 KB)
- Anexo III - SEI_6294725_Anexo.pdf (46.46 KB)

Anexo I - TR47_2024__1_.pdf

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	158317-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL	DEBORA DE ALMEIDA RODRIGUES	22/07/2024 10:31 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23493.000349/2024-28

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de [Materiais de Escritório](#) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE/APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	461889	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL: METAL, FORMATO:PARALELO	272505	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00
3	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL: METAL, FORMATO:PARALELO	274804	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA: 230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	283073	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	298055	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	262739	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	262740	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60

8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	262743	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20
9	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	262745	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	284330	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	384501	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	370492	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
13	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	434953	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
14	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	375733	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
15	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
16	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
17	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
18	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARRON VAN DYCK (337)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90

22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	292366	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20
24	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	424132	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
25	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	482033	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
26	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	284051	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
27	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	445032	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
28	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	377576	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
29	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	377693	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
30	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	432415	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
31	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	254007	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
32	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	451994	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
33	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	472755	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
34	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:250 ML	311617	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,84	R\$ 1.568,00
35	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	364463	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
36	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	339680	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
37	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	437782	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
38	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	372768	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
39	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA	447943	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00

	DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE					
40	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	447944	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
41	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	447945	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL						R\$ 24.013,40

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A(s) empresa(s) participantes(s) deverá(ão) seguir integralmente as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de

junho de 2012, no Guia Nacional de 16/08/2023, Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema.

4.1.2. A(s) empresa(s) participantes(s) deverá(ão) seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do **envio da nota de empenho**, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Carlos Antônio Sales, S/N - Floresta, Umirim - CE, CEP: 62.660-000.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO/ITEM/GLOBAL .*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);*

c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)*

8.4. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 24.013,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00

3	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA:230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20
10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
13	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
14	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
16	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90

21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARROM VAN DYCK (337)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
24	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
25	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
26	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
27	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20
28	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
29	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
30	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
31	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
32	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
33	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
34	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
35	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
36	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
37	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO,		PCT C/ 100		R\$

38	CAPACIDADE:250 ML	200	UNIDADES	R\$ 7,84	1.568,00
39	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
40	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
41	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
42	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
43	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00
44	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
45	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL					R\$ 24.013,40

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.013,40 (vinte e quatro mil, treze reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 26405/158957
- II. 2. Fonte de Recursos: 1000 000 000
- III. 3. Programa de Trabalho: 231575
- IV. 4. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.16
- V. 5. Plano Interno: L20RLP0100N

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA DE ALMEIDA RODRIGUES

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 22/07/2024 às 10:31:56.

Anexo II - ETP9_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 9/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23493.000349/2024-28

2. Descrição da necessidade

A aquisição do Material de Escritório e material escolar permitirá atender os diversos setores do IFCE *campus* Umirim, com a finalidade de garantir condições de trabalho adequadas à professores, alunos e técnicos. Considerando que o tipo de material de escritório solicitados são amplamente utilizados nos cursos e nos diversos departamentos da *campus*, a aquisição do material permitirá a garantia de uma infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho.

A ausência do material poderá prejudicar o atendimento de alunos, professores e técnicos, ocasionando prejuízos no bom funcionamento da instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO (CAP-UMI)	JANAÍNA MESQUITA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos dos itens a serem adquiridos estão descritos no Termo de Referência e dizem respeito aos seus aspectos legais, tais como a Lei 8.666/1993, e visam ainda a aplicação efetiva de normas, ações ambientais e socioambientais;

Quanto à inclusão de requisitos de sustentabilidade ambiental nos Editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao Art. 5º da IN nº 1/2010 SLTI/MPOG e seus incisos, recomenda-se que, quando da aquisição de bens, os licitantes fabricantes e/ou fornecedores são orientados a atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5. Levantamento de Mercado

Utilizou-se o Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <https://paineldepresos.planejamento.gov.br>, com cotações que referem-se a aquisições firmadas no período de até 1 ano anterior à data prevista de divulgação do instrumento convocatório.

6. Descrição da solução como um todo

Analisada as alternativas disponíveis para atender as necessidades da área solicitada, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica dos produtos pretendidos, uma vez que estão em mercado, a solução especificada para obtenção dos materiais descritos neste Estudo Técnico Preliminar é por meio de Dispensa por Cotação eletrônica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	PREÇO	PREÇO
				UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00
3	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA:230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20

10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
13	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
14	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
16	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARROM VAN DYCK (337)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
24	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
25	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
26	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
27	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20

28	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
29	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
30	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
31	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
32	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
33	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
34	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
35	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
36	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
37	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
38	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:250 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,84	R\$ 1.568,00
39	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
40	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
41	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
42	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
43	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00
44	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA:				

45	DESCARTÁVEL, COR:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL					R\$ 24.013,40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.013,40

O valor da aquisição é de R\$ 24.013,40 (Vinte e quatro mil, treze reais e quarenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A dispensa deve ser feita item a item, pois é um objeto divisível e não há prejuízo para a solução global ou perda de economia de escala para as parcelas. Além disso, visa-se facilitar a ampla participação dos licitantes que, embora não sejam capazes de cumprir todo o objetivo, podem fazê-lo em projetos ou unidades autônomas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O PDI 2024-28 traz dentre seus objetivos estratégicos para a Administração e Planejamento o de "aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos", objetivo este que se firma, dentre outros, nos seguintes indicadores de desempenho:

- a) Economicidade nas contratações;
- b) Qualidade na execução dos contratos
- c) Satisfação do Requisitante

Dito isso, é certo que a dispensa traz grande economicidade nas aquisições, tendo em vista o ganho de economia de escala, o que reflete diretamente na qualidade de execução dos contratos, conforme o caso, considerando um melhor planejamento da aquisição feita pelo órgão gerenciador. Isso tudo, por fim, deságua na melhor satisfação do requisitante, tendo em vista que este consegue ter sua demanda atendida em um curto espaço de tempo.

Por fim, enfatiza-se que a demanda está prevista no Plano Anual de Contratações do exercício de 2024 (SEI nº 6014278).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Efetiva compra do material a fim de atender a demanda justificada no decorrer deste Estudo Técnico Preliminar.

13. Providências a serem Adotadas

Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento. Contudo, havendo necessidade, serão adotadas todas as providências pela administração previamente à celebração do contrato

/emissão do empenho, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, se for o caso. (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020)

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra possíveis impactos ambientais, considerando o objeto da aquisição. Ressalta-se, porém, o cuidado permanente quanto ao descarte de embalagens utilizadas nos produtos adquiridos, o que é feito, com maestria, através da disposição de lixeiras de coleta seletiva pelo IFCE *campus* Umirim.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A comissão declarou viável a aquisição por entender que a mercadoria movimentada neste Estudo Técnico Preliminar era fundamental para manter a atividade do campus e melhorar as atividades administrativas dos departamentos.

Pelo exposto, declaro que a presente aquisição é plenamente viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANAINA MESQUITA DA SILVA

Coordenadora de Almojarifado e Patrimônio



Assinou eletronicamente em 26/04/2024 às 17:59:26.

Anexo III - SEI_6294725_Anexo.pdf



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Carlos Antonio Sales, s/n - Bairro Floresta - CEP 62660-000 - Umirim - CE - www.ifce.edu.br

ANEXO

Processo: 23493.000349/2024-28

Interessado: Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio - Campus Umirim

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Conforme disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e no art. 70, inciso III da Lei Nº 14.133/2021, as exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo

exercício contrata ou concorre;

1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

OBS.: Será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:106476058405840::NO:3,4,6:>);

Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



Documento assinado eletronicamente por **Debora de Almeida Rodrigues, Coordenador(a) de Aquisições e Contratos**, em 22/07/2024, às 11:05, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6294725** e o código CRC **149FCD26**.

Termo de Referência 47/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2024	158317-INST.FED.DO CEARA/CAMPUS SOBRAL	DEBORA DE ALMEIDA RODRIGUES	22/07/2024 10:31 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23493.000349/2024-28

1. Condições gerais da contratação

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de [Materiais de Escritório](#) nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO: SULFITE/APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA: 75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	461889	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL: METAL, FORMATO:PARALELO	272505	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00
3	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL: NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL: METAL, FORMATO:PARALELO	274804	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA: 230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	283073	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	298055	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	262739	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	262740	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60

8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	262743	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20
9	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	262745	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	284330	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	384501	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	370492	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
13	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	434953	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
14	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	375733	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
15	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
16	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
17	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
18	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARRON VAN DYCK (337)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90

22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	450268	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	292366	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20
24	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	424132	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
25	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	482033	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
26	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	284051	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
27	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	445032	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
28	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	377576	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
29	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	377693	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
30	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	432415	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
31	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	254007	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
32	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	451994	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
33	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	472755	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
34	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:250 ML	311617	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,84	R\$ 1.568,00
35	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	364463	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
36	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	339680	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
37	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	437782	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
38	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	372768	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
39	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA	447943	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00

	DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE					
40	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	447944	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
41	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: FELTRO, TIPO CARGA:DESCARTÁVEL, COR: VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	447945	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL						R\$ 24.013,40

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A(s) empresa(s) participantes(s) deverá(ão) seguir integralmente as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de

junho de 2012, no Guia Nacional de 16/08/2023, Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, disponibilizado no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema.

4.1.2. A(s) empresa(s) participantes(s) deverá(ão) seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpelações das autoridades competentes.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do **envio da nota de empenho**, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Carlos Antônio Sales, S/N - Floresta, Umirim - CE, CEP: 62.660-000.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25. A eficácia da cessão de crédito *não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020*, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR GRUPO/ITEM/GLOBAL .*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

Exigências de habilitação

8.3. *Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:*

a) SICAF;

b) *Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);*

c) *Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)*

8.4. *A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.*

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.14. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.15. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.16. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.22. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.23. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.24. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.25. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.26. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.27. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.28. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.29. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.30. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.34. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.35. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.36. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do valor da contratação

Valor (R\$): 24.013,40

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	PREÇO TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00

3	CLIQUE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA:230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20
10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
13	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
14	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
16	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90

21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARROM VAN DYCK (337)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
24	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
25	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
26	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
27	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20
28	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
29	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
30	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
31	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
32	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
33	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
34	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
35	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
36	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
37	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO,		PCT C/ 100		R\$

38	CAPACIDADE:250 ML	200	UNIDADES	R\$ 7,84	1.568,00
39	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
40	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
41	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
42	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
43	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00
44	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
45	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL					R\$ 24.013,40

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 24.013,40 (vinte e quatro mil, treze reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. 1. Gestão/Unidade: 26405/158957
- II. 2. Fonte de Recursos: 1000 000 000
- III. 3. Programa de Trabalho: 231575
- IV. 4. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.16
- V. 5. Plano Interno: L20RLP0100N

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DEBORA DE ALMEIDA RODRIGUES

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 22/07/2024 às 10:31:56.

Estudo Técnico Preliminar 9/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23493.000349/2024-28

2. Descrição da necessidade

A aquisição do Material de Escritório e material escolar permitirá atender os diversos setores do IFCE *campus* Umirim, com a finalidade de garantir condições de trabalho adequadas à professores, alunos e técnicos. Considerando que o tipo de material de escritório solicitados são amplamente utilizados nos cursos e nos diversos departamentos da *campus*, a aquisição do material permitirá a garantia de uma infraestrutura adequada e melhores condições de trabalho.

A ausência do material poderá prejudicar o atendimento de alunos, professores e técnicos, ocasionando prejuízos no bom funcionamento da instituição.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO (CAP-UMI)	JANAÍNA MESQUITA DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos dos itens a serem adquiridos estão descritos no Termo de Referência e dizem respeito aos seus aspectos legais, tais como a Lei 8.666/1993, e visam ainda a aplicação efetiva de normas, ações ambientais e socioambientais;

Quanto à inclusão de requisitos de sustentabilidade ambiental nos Editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao Art. 5º da IN nº 1/2010 SLTI/MPOG e seus incisos, recomenda-se que, quando da aquisição de bens, os licitantes fabricantes e/ou fornecedores são orientados a atender aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

b. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis e/ou sejam recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

d. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5. Levantamento de Mercado

Utilizou-se o Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <https://paineldepresos.planejamento.gov.br>, com cotações que referem-se a aquisições firmadas no período de até 1 ano anterior à data prevista de divulgação do instrumento convocatório.

6. Descrição da solução como um todo

Analisada as alternativas disponíveis para atender as necessidades da área solicitada, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica dos produtos pretendidos, uma vez que estão em mercado, a solução especificada para obtenção dos materiais descritos neste Estudo Técnico Preliminar é por meio de Dispensa por Cotação eletrônica.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE	PREÇO	PREÇO
				UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G/M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR	100	RESMA 500 FLS	R\$ 24,64	R\$ 2.464,00
2	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:4/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 2,10	R\$ 42,00
3	CLIPE, TRATAMENTO SUPERFICIAL:NIQUELADO, TAMANHO:6/0, MATERIAL:METAL, FORMATO:PARALELO	20	CAIXA 50 UN	R\$ 4,94	R\$ 98,80
4	PASTA ARQUIVO, MATERIAL:CARTOLINA PLASTIFICADA, TIPO:DOCUMENTO, LARGURA:230 MM, ALTURA:340 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM ABA E ELÁSTICO	800	UNIDADE	R\$ 2,56	R\$ 2.048,00
5	GRAMPEADOR, METAL, TIPO:ALICATE, , GRAMPO:26/6, APOIO EMBORRACHADO	10	UNIDADE	R\$ 20,29	R\$ 202,90
6	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AZUL	20	UNIDADE	R\$ 2,79	R\$ 55,80
7	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERDE	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
8	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR AMARELA	20	FOLHA	R\$ 2,86	R\$ 57,20

10	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR BRANCA	20	FOLHA	R\$ 2,05	R\$ 41,00
11	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR VERMELHA	20	FOLHA	R\$ 3,23	R\$ 64,60
12	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR MARRON	20	FOLHA	R\$ 2,42	R\$ 48,40
13	PAPEL - EMBORRACHADO, MATERIAL: BORRACHA EVA ESPESSURA: 2CM, PADRAO LISO 60CM X 40CM COR PRETA	20	FOLHA	R\$ 2,32	R\$ 46,40
14	PAPEL EMBORRACHADO, MATERIAL BORRACHA EVA COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, ESPESSURA 2 MM NA COR PINK PADRAO GLITTERIZADO	20	UNIDADE	R\$ 2,55	R\$ 51,00
16	TINTA GUACHE CAIXA COM 6 CORES 15ML	20	UNIDADE	R\$ 5,99	R\$ 119,80
19	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MAGENTA (315)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
20	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR BRANCO DE TITÂNIO (319)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
21	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AMARELO DE CÁDMIO (340)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
22	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR PRETO (320)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
23	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR MARROM VAN DYCK (337)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
24	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERMELHO CÁDMIO (312)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
25	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR VERDE PERMANENTE ESCURO (332)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
26	TINTA ACRÍLICA PARA TELAS 59ML COR AZUL COBALTO (308)	10	UNIDADE	R\$ 7,69	R\$ 76,90
27	PINCEL ARTESANAL REDONDO 0 PELO PONEY	20	UNIDADE	R\$ 2,76	R\$ 55,20

28	PINCEL ARTESANAL CHATO 16 PELO DE ORELHA DE BOI	20	UNIDADE	R\$ 3,61	R\$ 72,20
29	PINCEL ARTESANAL CHATO 6 CERDA NATURAL	20	UNIDADE	R\$ 2,02	R\$ 40,40
30	BASTÃO DE COLA QUENTE FINO	50	UNIDADE	R\$ 23,73	R\$ 1.186,50
31	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERDE	1	ROLO	R\$ 71,83	R\$ 71,83
32	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - VERMELHO	1	ROLO	R\$ 66,00	R\$ 66,00
33	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - PRETO	1	ROLO	R\$ 60,13	R\$ 60,13
34	ROLO TNT 50X40M - 100 METROS - BRANCO	1	ROLO	R\$ 66,86	R\$ 66,86
35	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:50 ML	100	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 4,29	R\$ 429,00
36	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:150 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 5,73	R\$ 1.146,00
37	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:180 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,27	R\$ 1.454,00
38	COPO DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CAPACIDADE:250 ML	200	PCT C/ 100 UNIDADES	R\$ 7,84	R\$ 1.568,00
39	PRATO - PRATO DESCARTAVEL FUNDO 15CM PARA SOBREMESA, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 4,30	R\$ 129,00
40	COLHER DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,99	R\$ 35,94
41	GARFO DE PLÁSTICO - DESCARTÁVEL	6	PCT COM 50 UNIDADES	R\$ 5,89	R\$ 35,34
42	PRATO - PRATO DESCARTAVEL 21CM DE DIÂMETRO, MATERIAL: PLÁSTICO	30	PCT COM 10 UNIDADES	R\$ 17,71	R\$ 531,30
43	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 16,11	R\$ 3.222,00
44	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA: DESCARTÁVEL, COR:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 21,35	R\$ 4.270,00
	PINCEL QUADRO BRANCO / MAGNÉTICO, MATERIAL: PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:FELTRO, TIPO CARGA:				

45	DESCARTÁVEL, COR:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PONTA DE 2,5MM DE DIÂMETRO/TAMPA ANTI-ASFIXIANTE	200	UNIDADE	R\$ 17,77	R\$ 3.554,00
TOTAL					R\$ 24.013,40

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 24.013,40

O valor da aquisição é de R\$ 24.013,40 (Vinte e quatro mil, treze reais e quarenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A dispensa deve ser feita item a item, pois é um objeto divisível e não há prejuízo para a solução global ou perda de economia de escala para as parcelas. Além disso, visa-se facilitar a ampla participação dos licitantes que, embora não sejam capazes de cumprir todo o objetivo, podem fazê-lo em projetos ou unidades autônomas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O PDI 2024-28 traz dentre seus objetivos estratégicos para a Administração e Planejamento o de "aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos", objetivo este que se firma, dentre outros, nos seguintes indicadores de desempenho:

- a) Economicidade nas contratações;
- b) Qualidade na execução dos contratos
- c) Satisfação do Requisitante

Dito isso, é certo que a dispensa traz grande economicidade nas aquisições, tendo em vista o ganho de economia de escala, o que reflete diretamente na qualidade de execução dos contratos, conforme o caso, considerando um melhor planejamento da aquisição feita pelo órgão gerenciador. Isso tudo, por fim, deságua na melhor satisfação do requisitante, tendo em vista que este consegue ter sua demanda atendida em um curto espaço de tempo.

Por fim, enfatiza-se que a demanda está prevista no Plano Anual de Contratações do exercício de 2024 (SEI nº 6014278).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Efetiva compra do material a fim de atender a demanda justificada no decorrer deste Estudo Técnico Preliminar.

13. Providências a serem Adotadas

Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento. Contudo, havendo necessidade, serão adotadas todas as providências pela administração previamente à celebração do contrato

/emissão do empenho, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização, se for o caso. (inciso XI, art. 7º, IN 40/2020)

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra possíveis impactos ambientais, considerando o objeto da aquisição. Ressalta-se, porém, o cuidado permanente quanto ao descarte de embalagens utilizadas nos produtos adquiridos, o que é feito, com maestria, através da disposição de lixeiras de coleta seletiva pelo IFCE *campus* Umirim.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A comissão declarou viável a aquisição por entender que a mercadoria movimentada neste Estudo Técnico Preliminar era fundamental para manter a atividade do campus e melhorar as atividades administrativas dos departamentos.

Pelo exposto, declaro que a presente aquisição é plenamente viável.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JANAINA MESQUITA DA SILVA

Coordenadora de Almojarifado e Patrimônio



Assinou eletronicamente em 26/04/2024 às 17:59:26.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ
Rua Carlos Antonio Sales, s/n - Bairro Floresta - CEP 62660-000 - Umirim - CE - www.ifce.edu.br

ANEXO

Processo: 23493.000349/2024-28

Interessado: Coordenadoria de Almojarifado e Patrimônio - Campus Umirim

ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Conforme disposto no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e no art. 70, inciso III da Lei Nº 14.133/2021, as exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:

1.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo

exercício contrata ou concorre;

1.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

OBS.: Será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Sistema de Inabilitados e Inidôneos - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:106476058405840::NO:3,4,6:>);

Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).



Documento assinado eletronicamente por **Debora de Almeida Rodrigues, Coordenador(a) de Aquisições e Contratos**, em 22/07/2024, às 11:05, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifce.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6294725** e o código CRC **149FCD26**.